



A LINGUAGEM TENDENCIOSA NA MÍDIA IMPRESSA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INDUÇÃO DO LEITOR

Édison Trombeta de Oliveira

FACOPP – Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Pres. Prudente

UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista

edisontrombeta@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar a linguagem utilizada pelos jornais impressos de maior circulação do Brasil, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. A pesquisa verificará também se o discurso e a retórica desses veículos influenciam o posicionamento do leitor diante dos fatos narrados, através das imagens, da diagramação e dos textos das publicações.

Palavras-chave: Imprensa; Análise do Discurso; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo.

Abstract

The present article has like finality to analyze the language used for newspaper of bigger circulation of the Brazil, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo. The research will also verify if the discourse and the rhetoric of these vehicles influence the reader's positioning about the told facts, though the pictures, of the diagramming and the texts of publications.

Key words: Press; Discourse Analysis; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo



1 Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa para descobrir se há algum tipo de influência no leitor devido à divulgação dos dois maiores jornais impressos do Brasil: a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. O nome do artigo é “A linguagem tendenciosa na mídia impressa: um estudo sobre a indução do leitor” e tem por objetivo provar que há fatores dentro de um periódico que influenciam o produto final e, conseqüentemente, podem influenciar o leitor.

Em suas bases, o jornalismo tende a ser totalmente imparcial, porém, diariamente vemos o uso de alguns artifícios nos textos jornalísticos, tendo implícita a opinião do autor (jornalista) ou do veículo em cada linha redigida. O jornal é um dos meios de comunicação que mais qualifica o seu público e desempenha um papel muito importante na vida social de cada pessoa. Ao se mencionar a palavra “jornal” o que vem em mente é o jornal impresso, tão presente em no dia-a-dia de muitas pessoas que lê-lo é quase um ritual. Ao mesmo passo, esta visibilidade atribui a ele um poder de influência ou manipulação muito grande, induzindo ou até mudando o pensamento e o comportamento de muitas pessoas.

O jornal exerce um grande poder no inconsciente dos leitores, quase sempre imperceptível, pois é feito de modo implícito. Essa manipulação não salta aos olhos do leitor, já que ao longo do tempo o jornal conquistou cada vez mais credibilidade e confiança. Cabe ao público analisar criticamente cada publicação, pois muitas vezes está embutida nelas a manipulação. Assim, este artigo pretende responder: até que ponto a linguagem utilizada nos jornais manipula a opinião pública?

A intenção da pesquisa é comprovar que há esta manipulação e que ela se dá de maneira pouco perceptível ao leitor trivial. A pesquisa partirá de premissas gerais para chegar até as particularidades do objeto de estudo. A base do que será mostrado é a leitura de obras afins e a comparação entre os dois impressos comparados.

Serão três capítulos para desenvolver o tema: dois teóricos e um prático. Primeiro, será tratada a história do jornal impresso, desde o início da comunicação até a forma atual, com a transposição das folhas para a tela do computador. Depois será apresentada a história da Análise do Discurso e a teoria que rege seus princípios. O último capítulo será uma análise prática por meio da comparação entre os dois veículos, através de três fatores



principais: a imagem, a diagramação e os textos.

2 História da comunicação e da imprensa

A evolução da cultura e da humanidade é paralela à história dos meios de comunicação. Ela só foi possível porque foi relatada de pai para filho, de tribo para tribo, por meio de indivíduos e tecnologias que expandiram os recursos do corpo. Inicialmente, a transmissão de experiências se dava através da oralidade, como acontecia com os Homens de Cro-Magnon, na França, por volta de 40 mil anos atrás (PIEIDADE, 2005) e, mais recentemente, com a sociedade Guarani, aqui no Brasil, em relatos após o século XVI (POSSE, 2006). Aliás, já com os Cro-Magnon, observa-se que a oralidade servia muito bem para promover a disseminação da cultura, pois eles já fabricavam instrumentos de caça, manipulavam o fogo e tinham crenças espirituais.

Porém, culturas com estas características – ágrafas baseadas na oralidade – tendem a esquecer o passado ou a manter a lembrança de um passado que é igual ou muito semelhante ao presente, com exceção das histórias passadas através de narrativas dramáticas, que são mais

prazerosas de se ouvir. (LÉVY, 1993, p. 83)

A permanência dos registros escritos estimula uma consciência da diferença entre passado e presente. Segundo Olson (apud VÍTOLO, 2003, p. 9) “[...] os primeiros sistemas de escrita surgiram há cerca de quatro mil anos, na Mesopotâmia, no Egito, na China e, um pouco mais tarde na América Central”, provavelmente incitados pela necessidade de se lembrar de coisas ou fatos.

Com o tempo e a evolução da escrita, a quantidade de conhecimento acumulado levou, inicialmente, ao surgimento dos livros que na Idade Média eram copiados pelos monges que, assim, detinham a cultura nas mãos da Igreja, “[...] ligando, por um lado, através do pergaminho, o papiro e o papel, e, por outro lado, através das novas técnicas, o texto manuscrito ao texto impresso.” (MARTINS, 1998, p. 96)

Mas isso só se fez possível também porque o papel, criado pelos chineses no século II, se espalhou pelo mundo. Deles, a arte de fazer papel (do grego, papyrus, que significa junco) passou para os árabes no século VIII e para os espanhóis no século XII. Depois, durante os séculos XIII e XIV, há registros de sua fabricação na Itália e Alemanha, país de origem de



Johannes Gensfleisch Gutenberg, inventor da prensa de tipos móveis. A partir daí, a produção de impressos tomou impulso, principalmente, por causa do desenvolvimento industrial. Porém, “somente um século e meio após é que nasceu a imprensa periódica.” (VÍTOLO, 2003, p. 12-13)

Nesta época, para defender seus interesses, nobres, aristocratas e burgueses lançaram seus próprios jornais, como enfatiza Motta (apud VÍTOLO, 2003, p. 14): “Desde 1440, quando Gutenberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento da luta pelo poder [...] e de outras formas de persuasão para criar melhores condições de governabilidade.”

No Brasil, a imprensa chegou oficialmente apenas em 1808, com a Família Real, que veio para cá fugindo da guerra entre França e Inglaterra pela hegemonia da Europa. O surgimento da imprensa no Brasil deu-se para suprir necessidades da Coroa Portuguesa, já que a Carta Régia, de 1747, proibia qualquer outro tipo de publicação nas colônias portuguesas. (VÍTOLO, 2003)

Assim, a Família Real criou a Impressão Régia, gráfica para imprimir publicações oficiais como atos da Coroa, documentos oficiais, cartas de

baralho e, em 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro. Segundo Laranjeira (apud VÍTOLO, 2003, p. 29), “A Gazeta, o primeiro jornal brasileiro, nasceu, portanto, sob o signo do oficialismo”. Seu conteúdo tratava dos interesses da Coroa, comprovando seu compromisso ideológico.

Em contrapartida, o Correio Braziliense, um jornal editado em Londres, nascido três meses antes da Gazeta, trazia idéias liberais e de independência. Ele era proibido como qualquer outra publicação não-oficial. Foi este o primeiro jornal de oposição, com conteúdo mais opinativo do que informativo. (MARTINS, 1998)

Por volta de 1880, pesados investimentos revolucionaram a imprensa brasileira: a tipografia deixou de ser artesanal, os jornais tornaram-se industrial e economicamente viáveis, surgiram inovações mecânicas e cresceu o número de leitores. A partir daí, além da literatura e de política, os jornais passaram a narrar as conquistas sociais.

Já no século XX, a prioridade era a informação diária, tratando de coberturas locais, internacionais, com matérias esportivas, policiais, entre outras, transformando seu estilo em algo mais informativo, noticioso.

Durante a ditadura militar, uma fase complicada para o jornalismo brasileiro:



após o golpe de 1964, surgem os maiores problemas da imprensa, como a censura, cristalizada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Matérias eram proibidas de serem divulgadas e opositores eram presos. No clímax da situação, o jornalista Vladimir Herzog foi preso, torturado e morto no prédio do DOI-CODI, o Departamento de Operações Internas.

Já durante os anos 80, numa fase mais calma depois de um início do processo de abertura política, durante as campanhas das Diretas Já, a imprensa teve papel fundamental: era mais do que divulgadora do fato, era uma aglutinadora da causa. Ela movia multidões e cada veículo tinha algum tipo de preferência na divulgação, ou seja, algum tipo de tendência na divulgação.

No momento pós-ditadura militar e durante a redemocratização, mais uma vez a imprensa demonstra sua importância, mesmo abalada com o crescimento dos demais meios de comunicação de massa, que já tinham certo poder de influência e estavam em crescimento. Era a época de popularização da televisão, que já tomava parte do público que antes só tinha como referência o impresso. Começava aí a elitização do jornal. De modo geral, a mídia apoiou Fernando Collor de Mello e, quando se fez

necessário, investigou denúncias a seu respeito até culminar em seu *impeachment*, em 1992 (VÍTOLO, 2003).

Com a evolução da Internet e sua popularização a ponto de explodir, os jornais impressos se viram na necessidade de transpor o conteúdo disponível nas bancas para o banco de dados virtual, conforme cita Prado (2006):

O jornalismo digital representa uma revolução no modelo de produção e distribuição das notícias. O papel (átomos) vai cedendo lugar a impulsos eletrônicos (bits) que podem viajar a grandes velocidades pelas auto-estradas da informação. Estes bits podem ser atualizados instantaneamente na tela do computador na forma de textos, gráficos, imagens, animações, áudio e vídeo; recursos multimídia que estão ampliando as possibilidades da mídia impressa.

Inicialmente, o conteúdo dos jornais online era idêntico ao do que era divulgado no impresso e, às vezes, somente digitalizado, sendo simples transposição para a tela do computador. Hoje, embora em um número muito menor, ainda acontece este fato. (PRADO, 2006). Porém, esta transposição sem tratamento editorial e de mercado não faz com que se torne um webjornal, pois este tem suas características particulares.



A partir daí, veio o webjornalismo propriamente dito, no qual a atualização das notícias pode ocorrer ininterruptamente, por meio de informação online em tempo real (MOHERDAUI, 2002). Além disso, outras características do webjornalismo é não ter horário de fechamento, limite de caracteres ou de links internos. (PRADO, 2006)

Conforme Prado (2006, grifo do autor), “[...] o primeiro jornal brasileiro a fazer uma cobertura completa no espaço virtual foi o *Jornal do Brasil*, em 28 de maio de 1995.” A seguir, vieram os jornais O Estado de Minas Gerais, Zero Hora, Diário de Pernambuco e Diário do Nordeste. Em 1996 surgiu o Brasil Online (atual Folha Online), primeiro jornal latino em tempo real e em língua portuguesa. E quatro anos depois, o site Internet Grátis (IG) colocou na rede o Último Segundo, um “jornal digital produzido especialmente para a Internet brasileira.” (PRADO, 2006)

Hoje em dia, a Internet pode ser tratada como uma faca de dois gumes, já que ao passo em que serve para informar com agilidade e de maneira mais completa, também é cheia de informações sem base, feitas por civis comuns que, às vezes, colocam suas opiniões, as divulgam e as deixam à

disposição de pessoas que podem utilizá-las sem a mínima leitura crítica.

Pela história, culmina a caracterização, de forma generalizante e abrangente, da função atual e real do jornalismo: divulgar fatos políticos, sociais, econômicos, culturais, naturais e qualquer outra situação que seja atual, relevante e de interesse público. A imprensa, por estas funções, é, por vezes, chamada de Quarto Poder, pois em regimes democráticos, serve à população fiscalizando os poderes públicos e privados, a fim de assegurar transparência nas relações políticas, econômicas e sociais. Tudo isso, de uma maneira que seja atraente ao receptor. Na definição de Rossi (2005, p. 7), jornalismo “[...] é uma fascinante batalha para conquistar corações e mentes [...]”. Tudo isso, ainda, cerceado do máximo de honestidade que o jornalista dispuser, independente de fatores externos.

3 Análise do discurso

A Análise do Discurso (AD) é um campo de estudo fundado na França no fim dos anos 60. Foi influenciada, pelas condições sociais da época e pelos diversos debates filosóficos que envolviam a crença, a verdade e o conhecimento dos homens à época.

No que se refere às condições sociais, as principais questões eram



com relação as inseguranças advindas da Guerra Fria, mas já presentes anos atrás. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa deixou de ser o centro do poder internacional, já que não se preocupou em conter a expansão do nazismo por meios próprios, conforme diz Hobsbawn (apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007): “Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com uma ridícula facilidade”. Depois, quando a ordem foi retomada devido à ação de dois países não-europeus, a Europa foi dividida “O leste ficou sob a influência soviética e o oeste, sob a dos norte-americanos.” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007)

A França era um dos centros motrizes da Europa Ocidental, o lado norte-americano, e também estava sendo influenciada por toda essa revolução, já que fora humilhada durante a Segunda Guerra Mundial, em 1940, quando Hitler a invadiu de forma brutal. Na oportunidade, ele fez questão de “vingar a situação vexatória por que passou a Alemanha em razão das conseqüências da assinatura do Tratado de Versalhes, em Paris (1919), que colocava fim a Primeira Guerra” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007). Depois disso, a França foi dividida entre nazistas e governantes que

colaboravam com o nazismo, prenderam oficiais de guerra franceses e colocaram à disposição dos alemães armas para a luta contra os países Aliados.

No pós-guerra, a miséria se alastrou na França, foi usada como propaganda dos socialistas e, mesmo com uma grande injeção econômica vinda dos Estados Unidos, dois dos três principais partidos ainda eram de esquerda: o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Socialista (PS). Depois disso, se desligou da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e foi reestruturada pelo populista e conservador autoritário general Charles de Gaulle, que foi destituído do poder em 1968, devido a uma série de greves e movimentos.

Nesta época, viviam na França grandes intelectuais como Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss e Pierre Bourdieu. “Paris mais parecia a capital intelectual da Europa” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007), e parte destes intelectuais estavam em pleno ativismo político. Eles debatiam sobre o marxismo e principalmente sobre o estruturalismo, caminhos para entender a Análise do Discurso francesa.

O estruturalismo foi marcado pelo retorno ao trabalho de Ferdinand de Saussure, no Curso de Linguística



Geral (1916), no qual ele fundou a linguística moderna, com uma abordagem “não histórica, descritiva e sistemática”, como cita Paveau (apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007), que mais tarde foi chamada de abordagem estrutural. O método estrutural de Saussure, anos depois, encontrou respaldo para divulgação no antropólogo francês Lévi-Strauss, que o estendeu para outras disciplinas.

Segundo Lepargneur (apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007), estruturalismo consiste em “descobrir, por trás das aparências, além da organização aparente do objeto, estruturas inteligíveis que expliquem certo funcionamento, e isso num campo que se relaciona com a atividade humana”. Partindo da França e se espalhando pelo mundo todo, recebeu uma subdivisão em duas principais teorias: a formalista e a funcionalista. Esta ainda se dividiu na Europa em três linhas de estudos: a Escola de Praga, a Escola de Copenhague e a liderada por Martinet.

Após atravessar o oceano e chegar à América do Norte, novas visões foram acrescentadas ao funcionalismo, que também influenciaram a teoria na Europa. Dentre os norte-americanos, cabe destacar, de acordo com a finalidade do projeto, o linguista Zellig Harris, primeiro a usar o termo Análise

do Discurso, em 1952. Segundo Brandão (apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007), Harris dizia que “o discurso é o linguístico que ultrapassa os limites da sentença”.

No entanto, a Análise do Discurso só começou a ser tomada como disciplina que ultrapassa os sentidos evidenciados nos enunciados para um entendimento mais completo por volta de 1969, com o lançamento do livro “Análise Automática do Discurso”, de Michel Pêcheux. Foi a primeira obra na qual “a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo.” (Charaudeau apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007). Noam Chomsky, aluno de Harris, prosseguiu com os estudos e fez acréscimos consideráveis à teoria. Criou a Gramática Gerativa, na qual descreve a estrutura das línguas e como são entendidas e interpretadas em qualquer idioma, através de regras gramaticais universais. Diferenciou, assim, “o conhecimento que uma pessoa tem das regras de uma língua e o uso efetivo desta língua em situações reais” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007), distanciou a teoria de outras, influenciadas pelo behaviorismo, pelo empirismo e pelas linguísticas descritivas e provou que era necessária



a análise não só do nível superficial da gramática, mas também do seu nível profundo.

Durante os anos 60, foram feitas diversas releituras das obras de Saussure. Mudanças de conceitos eram constantes e a partir destas releituras, começaram a atacar as teorias estruturalistas de Saussure, que acabou por cair em meados de 1980, quando estudiosos começaram a buscar uma compreensão da linguagem não mais centrado apenas na língua mas num nível situado fora desse pólo saussureano. E essa instância da linguagem é o discurso.” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007)

A Análise do Discurso nasceu entremio a três disciplinas, que abrangiam o lingüístico, o histórico e o ideológico, mostrando desde cedo a tendência à interdisciplinaridade. Esta Análise não busca uma verdade nuclear do signo, nem trabalha com a língua como sistema abstrato: ela “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”, de acordo com Orlandi (apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007). Neste contexto, pode servir também como instrumento de luta política, pois à época pretendia desmascarar as verdades disfarçadas pelos políticos oportunistas.

No que tange a teoria, no artigo publicado por Harris em 1952, colocava-se como discurso a fala ou escrita dita em sequência na mesma situação por uma ou mais pessoas. Não tinha a intenção de estudar cada morfema separadamente, mas sim suas relações com outros elementos do mesmo discurso. “Talvez não saibamos O QUE um texto está dizendo, mas podemos descobrir COMO está dizendo [...]” (HARRIS, 1952, grifo do autor).

A AD, tal qual é concebida hoje, tem quatro aspectos: sujeito, história, linguagem e sentido. Tanto que Orlandi (apud SILVA, 2004) diz que “a história ‘afeta’ a linguagem de sentidos. Desse encontro resulta o texto, logo textualidade que é história, que faz sentido”. Seu sentido é “ajudar na compreensão e resolução das questões referentes aos sujeitos de uma sociedade e os efeitos de sentido produzidos por seus diferentes discursos, verbais ou não-verbais.” (SILVA, 2004)

Nas análises deste artigo, levar-se-á em conta que Discurso é o “efeito de sentidos entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 1969 apud SILVA, 2004) e, assim, segundo Silva (2004), Análise do Discurso (AD) é a busca por “sentido ou sentidos produzidos pelo sujeito ao elaborar um discurso, as



suas intenções e a forma como é recebido por quem ouve ou lê suas palavras.”

Pelas palavras de Pêcheux no parágrafo anterior, pode-se concluir que tudo o que sirva para comunicar algo entre dois interlocutores é discurso. Neste artigo, que tem como base o jornal impresso, incluir-se-á na AD, além dos textos, as fotografias, a diagramação e demais elementos que possam aparecer nas páginas analisadas.

Além disso, segundo Pereira (2001), todo tipo de linguagem verbal remete à linguagem não-verbal, o que faz com que as palavras escritas nas páginas dos jornais analisados se equiparem aos aspectos não verbais, fazendo com que tenham o mesmo peso na Análise do Discurso. Segundo ela, ao ler ou ouvir algo, isto automática e inevitavelmente nos leva a construir cenas sobre o narrado em nossa mente, trazendo à tona o não-verbal do que antes parecia ter só o lado da verbalidade.

O Discurso é “[...] um dos aspectos materiais de ideologia, [...] uma espécie pertencente ao gênero ideológico” (BRANDÃO, 1997, p. 38), logo, carrega em seu bojo particularidades de quem o exteriorizou. Por isso, faz-se necessária a Análise do Discurso, que levará à leitura crítica dos materiais, tão

necessária nesta época tão plena de tentativas de manipulação e persuasão. De acordo com Diaz Bordenave (2004, p. 91), “esta habilidade consiste em identificar o grau de denotação-conotação nas mensagens, unida ao desenvolvimento de uma atitude de desconfiança sobre as intenções e os conteúdos ideológicos inseridos nos textos”. Nesta leitura crítica, deve-se analisar alguns aspectos presentes e passíveis de observação em qualquer texto, como a sua origem, quem o produziu e para quem foi produzido, quando ele foi feito e com qual ponto de vista ideológico-contextual ele foi produzido.

Por fim, segundo Brandão (1997, p. 40), “Cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade lingüística as marcas das condições ideológicas”. Será assim que este artigo analisará a tendência na linguagem das matérias analisadas como ela se dá.

4 Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo: qual pende para aonde?

Para os fins desta pesquisa, que trata sobre a análise do discurso, este capítulo terá o material examinado dividido em três focos, que serão explanados nas páginas seguintes: os textos, as imagens e a diagramação. A



principal fonte das conclusões, com base nas teorias já descritas nos capítulos anteriores, serão as capas principais, as matérias citadas nestas capas e as capas de alguns cadernos. Conforme previsto, foram usados os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. De forma aleatória, foram selecionadas as edições dos dias 3 de setembro de 2008 e 4 de dezembro de 2008, de ambos os jornais.

4.1 Os textos: pequenas palavras podem fazer a diferença

Alguns textos se destacaram por uso de palavras que, de uma maneira ou outra, tem certa tendência a proteger ou acusar. Neste quesito, na edição de O Estado de S. Paulo de setembro, o grande gancho do impresso é o episódio do grampo telefônico no governo Lula, relacionado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Na capa principal, há o título “Novo chefe da agência era do SNI”, falando a respeito da entrada de Wilson Roberto Trezza como substituto de Paulo Lacerda no cargo. No texto desta chamada, ainda na capa, explicava-se que SNI foi um órgão de repressão no regime militar. Já na Folha de S. Paulo, sobre o mesmo assunto, a chamada era “Chefe interino da agência trabalhou com Daniel Dantas”, cuja explicação no texto era de um

banqueiro preso na operação Satiagraha. Embora ambos os jornais tenham tentado ‘manchar’ a imagem do novo presidente do órgão, O Estado trouxe um argumento mais forte, relacionando o futuro da direção com a época da repressão militar.

Nesta mesma edição e sobre o mesmo assunto, a manchete do Estado dizia “Grampo acirra crise entre PF e Abin”, enquanto a da Folha era “Abin tem maleta de grampo, diz Jobim”. A linha fina daquele impresso falava “Tarso Genro lança suspeitas contra a agência; Abin desconfia de espionagem da PF no Senado”, já a Folha mostrava “Proibida de fazer escutas telefônicas, agência adquiriu equipamento ilegalmente, segundo ministro da Defesa”. Nestas frases citadas, somadas aos textos de chamada nas capas, percebe-se que a Folha procurou colocar a culpa na Abin, usando a palavra ‘ilegalmente’ na linha fina e no texto de chamada que fala apenas de fatores da agência. O Estado tenta ser um pouco menos explícito, pois cita já na manchete tanto a PF quanto a Abin e tenta mostrar os dois lados do fato na linha fina. Na matéria principal, a Folha se mostrou mais rígida contra a Abin, sem citar a PF.

Outro assunto discutido diz respeito às eleições dos Estados Unidos. O

Estado traz “Passado de vice de McCain agita campanha”. Enquanto na Folha as palavras eram “Bush usa tom belicista para defender voto em John McCain”. Embora nenhum dos dois tenha se mostrado a favor de McCain, o primeiro foi mais incisivo, inclusive no texto de chamada, usando o passado de Sarah Palin como ponto negativo para a campanha do candidato. A Folha, por sua vez, ao usar a palavra ‘defender’, tentou amenizar o assunto, inclusive ao não citar as polêmicas em torno da vice na capa. O tema só foi abordado no interior do jornal, com um espaço para defesa maior do que o oferecido à exposição dos fatos.

Na edição de dezembro da Folha, há um título na capa que diz “Dólar sobe 3,5% e tem maior valor desde 2005”. Já no Estado, pode-se ler “Brasil vive maior fuga de dólares em dez anos”. Aí, Folha expõe o fato: o dólar subiu. Já o Estado disfarça esta informação, trazendo como gancho da matéria a ‘fuga de dólares’, termo não muito popular. Apenas no fim da chamada de capa é que vem a cotação real do dólar no dia. Aqui, o gancho escolhido pelo Estado pode até parecer eufórico, mas na realidade não é exatamente isso que a matéria fala. Assim, este jornal pode ter deixado a informação sem a clareza necessária para o bom entendimento do leitor.

Neste mesmo dia, a Folha trouxe como manchete “Para governo e indústria, desemprego vai crescer” e “Fabricantes de bens de capital prevêem carnificina de vagas; Vale corta 1.300” como sua respectiva linha fina. O Estado é menos pessimista, pois traz apenas o fato das demissões da Vale: “Vale demite 1.300 e põe outros 5.500 em férias”. Por ser uma matéria de menos destaque, não traz linha fina na capa. Aqui, fica mais do que clara uma tendência em cada jornal: a Folha é mais pessimista, inclusive citando o governo na capa, tentando ‘dividir’ a culpa do desemprego com a administração pública. Além disso, o uso da palavra ‘carnificina’ remete, inconscientemente, a algum tipo de pânico provocado, algo exageradamente cruel e talvez uma palavra mal colocada que tende a aumentar ainda mais a explanação do problema e também a culpa do governo e da indústria. Enquanto isso, O Estado é mais frio ao falar do assunto na capa, tratando apenas do corte da Vale sem tentar fazer previsões sobre o futuro do desenvolvimento do país. No que se refere ao conteúdo dos textos (não à sua linguagem), principalmente tendo em vista esta última observação, pode-se concluir que O Estado é mais popular, a favor do governo e até de sindicatos, enquanto a Folha é mais



elitizado, sério e contra o governo vigente. Esta afirmação, segundo Brandão (1997), gira em torno da ideologia de cada jornal, exteriorizada através da materialidade, das palavras escritas em um meio que, teoricamente, deveria ser imparcial.

A mídia deve ser livre de vínculos que afetem seu conteúdo, pois, de acordo com Rossi (2005), a obrigação dos jornais é informar sem tendência, ouvindo todos os envolvidos ou afetados. Qualquer tipo de ligação, seja financeira ou ideológica, é um fator que pode influenciar não só nos assuntos abordados, mas na maneira como são abordados. Ainda sobre a matéria citada no parágrafo anterior, pode-se dizer que a Folha usa o corte da Vale como base para uma generalização sobre o desemprego.

4.2 As imagens: elas podem falar mais do que mil palavras

Ao falar das fotos, há teorias que dizem que cada um pode interpretar de uma maneira diferente e outras que pregam que a opinião aprofundada ainda costuma ser a mesma, devido aos fatores subconscientes. Porém, como citado no capítulo em que se fala da Análise do Discurso, análise mais profunda e discussão sobre o objeto são atitudes típicas e iniciais para uma leitura crítica, tão necessária

atualmente para se descobrir “as intenções e os conteúdos ideológicos” (BORDENAVE, 2004, p. 91) inseridos nos meios que deveriam ser imparciais.

Ambos os jornais, na edição de setembro, trazem na foto principal a ministra Dilma Rousseff. Aqui, ambos se levam pelo furor da época: as especulações sobre a indicação de Dilma para a sucessão de Lula, o que caracteriza a análise de ‘quando’ ele foi feito. A disparidade entre as intenções de cada foto é o que trará o ‘quem o produziu e para quem foi produzido’, assim como o seu ‘ponto de vista ideológico-contextual’, conforme parâmetros citados no capítulo dedicado a discorrer sobre a AD.

Um fato a se observar é que O Estado traz uma imagem otimista da ministra, como centro das atenções e com pessoas aplaudindo; já a Folha a coloca ao lado de outras autoridades, ainda a serviço de Lula, inclusive pelo fato de usar roupa igual a dos demais. A tendência também pode ser vista nas legendas: na Folha, “Observado pelo ministro Edison Lobão, o presidente Lula suja com óleo do pré-sal o macacão da ministra Dilma Rousseff em plataforma no campo de Jubarte, no ES”; no Estado, “Tocando um tipo de reco-reco, a ministra Dilma Rousseff é aclamada como candidata presidencial por petistas em Vitória”.



Já na edição de dezembro, há dois fatos raros, um em cada jornal. A Folha não tem foto principal, apenas uma matéria de destaque, mas sem imagem na parte superior da página. Enquanto isso, O Estado traz a manchete, a chamada e a foto principal sobre o mesmo assunto. Normalmente, a manchete é sobre um fato e a foto principal narra outro, como na outra edição analisada (manchete sobre os grampos telefônicos na Abin e foto com ênfase em Dilma Roussef).

4.3 A diagramação: os mais apreciados quase sempre vêm primeiro

Neste quesito, analisa-se a posição que cada parte do jornal tem, seja com mais ou menos destaque, além da área que é proporcionada a cada assunto. Sobre isso, explica-se as posições por alguns fatores. Na capa, a parte superior é a mais importante, pois, na banca, quando o jornal está dobrado, é a que aparece para os leitores que olham. Já nas páginas em geral, vale, conforme Guimarães (2005) a regra de leitura ocidental: as partes mais importantes iniciam-se de cima para baixo, da esquerda para a direita. Fora isso, ainda se percebe uma diferenciação quando se observa página a página: assuntos que precisam ter mais destaque vêm nas

páginas ímpares, que ficam do lado direito, seguindo o mesmo sentido de leitura. É o lado que o leitor dá mais importância quando olha o jornal, ainda mais quando apenas o folheia: os olhos se voltam para este lado automaticamente.

A diagramação é influenciada também pelo projeto gráfico de cada jornal e suas particularidades. Mas é comum aos dois impressos analisados o uso das teorias especificadas acima. Sobre este ângulo, mais uma vez, a Folha mostra seu tom anti-Lula na edição de setembro, tentando pôr à prova fatos de seu governo. Neste impresso, há cerca de cinco páginas apenas abordando o fato de destaque do jornal, o escândalo dos grampos da Abin. O mesmo assunto, com o mesmo destaque na capa, tem aproximadamente duas páginas no Estado. Sobre um assunto que enaltece o governo, a Folha dedica um espaço menor do que o Estado. A inauguração do pré-sal tem cerca de duas páginas na Folha e aproximadamente três no Estado.

Já na edição de dezembro, acontece o fato incomum já citado no trecho em que se fala sobre as fotos. Uma diagramação estranha em ambos os jornais, cuja análise vai de encontro à abordagem das fotos: O Estado dá destaque para um assunto mais



popular enquanto a Folha o coloca em segundo plano para dar mais ênfase a um fator negativo referente ao governo (previsão de aumento no desemprego). O assunto principal do Estado é citado na metade de baixo da Folha, com muito menos destaque.

Aliás, este mesmo assunto é tratado de forma mais branda e com menos espaço no Estado, com uma chamada menor. Outro assunto que a Folha traz com diferença no destaque é a alta do dólar, abordado no Estado também de forma mais ‘calma’ e com menos espaço na página principal. Mais uma vez, fica claro o tom de cada publicação: A Folha, contra o governo; e o Estado, a seu favor, mais próximo do povo.

5 Considerações finais

Este artigo é proveniente do anseio de mostrar que mesmo os grandes veículos como a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo têm uma tendência que visa defender seus interesses ideológicos ou comerciais. Isto foi feito com base na comparação entre os dois veículos, analisando seus textos, suas imagens e suas diagramações.

A Folha tem uma linha editorial e a mostra, mesmo que discretamente. Para os fins desta pesquisa, isso se mostrou um lado da moeda, uma vez que O Estado, outro veículo analisado,

tem uma linha distinta e, por vezes, oposta. Esta discrepância proporcionou uma boa base para comparação e, depois, para exibição dos resultados.

Nas comparações, ficou claro que, assim como prega Silva (2004), fatores como a origem da notícia, quem a fez e para quem ela foi feita, e o contexto ideológico presente nela influenciam a maneira como a informação é transmitida e, conseqüentemente seu conteúdo ou as interpretações que discorrem dele.

O quesito ideologia, influente nas publicações que dependem de anunciantes ou pessoas que permitam sua produção e distribuição, é o que fica mais claro na pesquisa realizada. O Estado mostrou-se mais inclinado à apreciação ao governo vigente (que antes era o considerado ‘de esquerda’), com relação ao conteúdo. Já a Folha se mostra mais tendenciosa à parte política que não está no poder atualmente.

Com relação à linguagem, que não é o foco deste artigo porém foi passível de observação, tanto visual como escrita, a Folha é mais popular, fácil de ler, mais simples; enquanto O Estado usa uma linguagem mais voltada à norma culta sem se preocupar com a legibilidade, com termos mais complicados.



Além de provar a ideologia e sua influência no jornalismo dos dois veículos, este artigo serve como base teórica para outros projetos que tenham como tema a Linguagem Tendenciosa, a Análise do Discurso ou assuntos correlatos. Espera-se, também, que as discussões levantadas nestas páginas sirvam para despertar o interesse de estudo nesta área, tão complexa, interessante e importante para que a população em geral não seja ludibriada ou enganada por quem menos espera.

Agradecimentos

Vale esclarecer que este artigo, finalizado em 2008, analisou uma realidade que já pode ter evoluído, principalmente após as mudanças nos veículos evidenciada, por exemplo, na reforma da Folha de S. Paulo de 2010. Na época de sua execução, o projeto recebeu, durante os seis meses de duração da iniciação científica, o apoio da Universidade do Oeste Paulista, com bolsa do Probic para o aluno. Vale agradecer, no mais, o grande auxílio do orientador do projeto, o Professor Mestre Rogério do Amaral.

Referências

- BRANDÃO, Helena Naganime. **Introdução à Análise do Discurso**. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 32-41.
- CAMPOS, Pedro Celso. **A imagem no jornalismo**. Universidade Estadual Paulista (Unesp). [s.d.]. Disponível em: <<http://webmail.faac.unesp.br/~pcampo/s/A%20Imagem%20no%20Jornalismo.htm>>. Acesso em 14 fev. 2009.
- CARNEIRO, Eduardo de Araújo; CARNEIRO, Egina Carli de Araújo. **Duplipensar**. Notas introdutórias sobre a análise do discurso. 2007. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/notas-introdutorias-analise-do-discurso-conjuntura-historica.html>> Acesso em: 06 out. 2008.
- DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. 29. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GUIMARÃES, Luciano. **O jornalismo visual e o eixo “direita-esquerda” como estratégia de imagem**. Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1827-1.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- HARRIS, Zellig S. **Language 28**. Universidade da Pennsylvania, 1952. Tradução de Sérgio Augusto Freire de Souza. Disponível em: <<http://www.elton.com.br/4-Mestrado-UFAM-ZelligHarris.pdf>> Acesso em: 06 out. 2008.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Traduzido por Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 2006.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo, Ática, 1998.
- MOHERDAUI, Luciana. **Guia de Estilo Web: produção e edição de notícias online**. São Paulo: Senac, 2002.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A linguagem não-verbal no texto escrito: da apropriação da palavra pela imagem. In. AZEREDO, José Carlos de (org.). **Letras & Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 257-264.

131 f. Trabalho de Conclusão de Cursos (Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social "Jornalista Roberto Marinho" de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, Presidente Prudente.

PIEIDADE, José Alberto Sinclair. O desenvolvimento da comunicação humana. **Nucom**, Limeira, a. 1, n. 5, 2005. Disponível em: <http://www.iscafaculdades.com.br/nucom/artigo_23.htm> Acesso em 15 set. 2008.

POSSE, Zulmara Clara Sauner. Práticas culturais de sociedades ágrafas no Brasil contemporâneo. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Zulmara%20Clara%20Sauner%20Posse.pdf>> Acesso em: 15 set. 2008.

PRADO, Cristiane Ramos do. **A trajetória do jornalismo impresso para o jornalismo digital**. Chapecó, 2006. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos2/jornalismo-impresso/jornalismo-impresso.shtml>> Acesso em: 30 set. 2008.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SILVA, Rosineide Guilherme da. **Análise do Discurso: princípios e aspectos gerais**. UNIGRANRIO, FIOCRUZ, UFF, 2004. Disponível em: <http://www.lle.cce.ufsc.br/congresso/trabalhos_lingua/Rosineide%20Guilherme%20da%20Silva.doc> Acesso em: 06 out. 2008.

VÍTOLO, Carlos Alberto. **"Tesoura sim, Alicates não" ou "Entre sem Bater": Revisão histórica entre imprensa e poder com ênfase na imprensa alternativa brasileira**. 2003.